



Concurso Público para provimento de vagas de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova '01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

S.P.O.R.
Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal de sala para devolver este caderno de prova, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

O arroz da raposa

Julio Cortázar tem um conto que sai de um palíndromo – “Satarsa”. Um menino brinca de desarticular as palavras. No fundo, um escritor é um sujeito que pela vida afora continua a mexer com as palavras. Para diante delas, estranha esta, questiona aquela. O menino de Cortázar, que devia ser ele mesmo, virava a palavra pelo avesso e se encantava. Saber que a leitura pode ser feita de trás para diante é uma aventura.

E às vezes dá certo. No conto “Satarsa”, a palavra é ROMA. Lida ao contrário, também faz sentido. Deixa de ser ROMA e vira AMOR. Para o leitor adulto e apressado, isso pode ser uma bobagem. Para o menino é uma descoberta fascinante. Olhos curiosos, o menino vê a partir daí que o mundo pode ser arrumado de várias maneiras. Não só o mundo das palavras. É a partir dessa possibilidade de mudar que o mundo se renova. E melhora.

Ou piora. Não teria graça se só melhorasse. O risco de piorar é fundamental na aventura humana. Mas estou me afastando da história do Cortázar. E sobretudo do que pretendo dizer. Ou pretendia. No embalo das palavras, vou me deixando arrastar de brincadeira, como o menino do conto. Um dia ele encontrou esta frase: “Dábale arroz a la zorra el abad”. Em português, significa: “O vigário dava arroz à raposa”. Soa estranho isso, não soa?

Mesmo para um menino aberto ao que der e vier, a frase é bastante surrealista, mas o que importa é que a oração em espanhol pode ser lida de trás para diante. E fica igualzinha. Pois este palíndromo não só encantou o menino Cortázar, como decidiu o seu destino de escritor. Isto sou eu quem digo.

Ele percebeu aí que as palavras podem se relacionar de maneira diferente. E mágica. Sem essa consciência, não há poeta, nem poesia. Como a criança, o poeta tem um olhar novo. Lê de trás para diante. Cheguei até aqui e não disse o que queria. Digo então que tentei uma série de anagramas com o Brasil de hoje. Quem sabe virando pelo avesso a gente acha o sentido?

(Adaptado de Otto Lara Resende. **Bom dia para nascer**. S.Paulo: Cia. das Letras, 2011. p.296-7)

1. No texto, o autor sugere que

- (A) as frases mais estranhas seriam aquelas mais plenas de sentido.
- (B) as palavras só adquiririam sentido quando lidas pelo avesso.
- (C) o conhecimento do Brasil atual só pode ser aprofundado por meio da poesia.
- (D) o conto “Satarsa”, de Julio Cortázar, seria autobiográfico.
- (E) a poesia só seria válida quando colocada a serviço da atuação política.

2. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

- (A) *sobretudo do que pretendo dizer* = mormente do que tenciono exprimir
- (B) *a frase é bastante surrealista* = a oração é um tanto quanto pictórica
- (C) *O risco de piorar é fundamental* = A possibilidade de onerar é insofismável
- (D) *tentei uma série de anagramas* = busquei diferentes antíteses
- (E) *virava a palavra pelo avesso* = trocava o vocábulo de lugar

3. Ou pretendia.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) ... ao que der ...
- (B) ... virava a palavra pelo avesso ...
- (C) Não teria graça ...
- (D) ... um conto que sai de um palíndromo ...
- (E) ... como decidiu o seu destino de escritor.

4. Ao se substituir o elemento grifado em um segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:

- (A) *Julio Cortázar tem um conto* = Julio Cortázar tem-no
- (B) *ele encontrou esta frase* = ele encontrou-a
- (C) *desarticular as palavras* = desarticular-lhes
- (D) *dava arroz à raposa* = dava-lhe arroz
- (E) *não só encantou o menino* = não só o encantou

5. Atente para as afirmações abaixo.

- I. A frase *Sem essa consciência, não há poeta* pode ser corretamente reescrita do seguinte modo: **Não há essa consciência em quem não seja poeta.**
- II. A frase *este palíndromo não só encantou o menino Cortázar, como decidiu o seu destino de escritor* tem seu sentido corretamente reproduzido nesta outra construção: **este palíndromo, além de ter encantado o menino Cortázar, decidiu o seu destino de escritor.**
- III. Em *Mesmo para um menino aberto ao que der e vier, a frase é bastante surrealista*, a substituição do verbo **é** por **parecia** implica a alteração do segmento grifado para **um menino aberto ao que desse e viesse**.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

6. *Não teria graça se só melhorasse*.

O elemento grifado na frase acima pode ser corretamente substituído por:

- (A) conquanto.
- (B) porquanto.
- (C) caso.
- (D) pois.
- (E) embora.



7. Julio Cortázar tem um conto que de um palíndromo – “Satarsa”. Um menino de desarticular as palavras. No fundo, um escritor é um sujeito que pela vida afora continua a com as palavras.

Respeitando-se a correção gramatical, as lacunas da frase acima podem ser preenchidas, na ordem dada, por:

- (A) se prende - joga - conviver
 (B) procede - distrai-se - praticar
 (C) nasce - entretém-se - manipular
 (D) se inspira - cuida - cultivar
 (E) provém - ocupa-se - lidar

8. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

- (A) Como já se disse, poeta é aquele que, ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.
- (B) Como, já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo, com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.
- (C) Como já se disse poeta é aquele, que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia acumulamos, ao longo da vida adulta.
- (D) Como já se disse poeta, é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos, e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia acumulamos ao longo da vida adulta.
- (E) Como já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se, conscientemente, à difícil arte do desaprender passa a ver, o mundo, com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que quase sempre, à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto apresentado abaixo.

Comprometido no plano nacional com os direitos humanos, com a democracia, com o progresso econômico e social, o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa.

Ao velar para que o compromisso com os valores que nos definem como sociedade se traduza em atuação diplomática, o Brasil trabalha sempre pelo fortalecimento do multilateralismo e, em particular, das Nações Unidas.

A ONU constitui o foro privilegiado para a tomada de decisões de alcance global, sobretudo aquelas relativas à paz e à segurança internacionais e a ações coercitivas, que englobam sanções e uso da força.

A relação entre a promoção da paz e segurança internacionais e a proteção de direitos individuais evoluiu de forma significativa ao longo das últimas décadas, a partir da constituição das Nações Unidas, em 1945.

Desde a adoção da Carta da ONU, a relação entre promover direitos humanos e assegurar a paz internacional passou

por várias etapas. Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".

A Carta da ONU, como se sabe, prevê a possibilidade do recurso à ação coercitiva, com base em procedimentos que incluem o poder de veto dos atuais cinco membros permanentes no Conselho de Segurança – órgão dotado de competência primordial e intransferível pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

O acolhimento da responsabilidade de proteger teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.

Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional, além de contar com o correspondente mandato multilateral, observe outro preceito: o da responsabilidade ao proteger. O uso da força só pode ser contemplado como último recurso.

Queimar etapas e precipitar o recurso à coerção atenta contra os princípios do direito internacional e da Carta da ONU. Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos em sua universalidade e indivisibilidade, como consagrado na Conferência de Viena de 1993, a atuação brasileira deve ser definida caso a caso, em análise rigorosa das circunstâncias e dos meios mais efetivos para tratar cada situação específica.

Devemos evitar, especialmente, posturas que venham a contribuir – ainda que indiretamente – para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos. Não podemos correr o risco de regredir a um estado em que a força militar se transforme no árbitro da justiça e da promoção da paz.

(Adaptado de Antonio de Aguiar Patriota. "Direitos humanos e ação diplomática". Artigo publicado na **Folha de S. Paulo**, em 01/09/2011, e disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/-ministro-estado-relacoes-exteriores/direitos-humanos-e-acaodiplomatica-folha-de-s.paulo-01-09-2011>).

9. Ao considerar o posicionamento do Brasil, o autor do texto

- (A) crítica a inoperância da *comunidade internacional* que, em sua visão, desde a criação da Carta da ONU, nada fez para assegurar a defesa dos direitos humanos e, assim, provocou guerras e genocídios.
- (B) assinala a diferença entre *responsabilidade de proteger* e *responsabilidade ao proteger*, o que significa que o país defende o uso de ações militares para restaurar a paz apenas como último recurso.
- (C) entende como necessário, embora não desejável, lançar mão da *força militar*, ainda que sem a legitimação do Conselho de Segurança da ONU, para garantir a proteção dos direitos humanos em situações de conflito.
- (D) reconhece a necessidade de se recorrer à *ação coercitiva*, ou seja, à intervenção militar, sempre que a segurança internacional for posta em risco, conforme consagrado na *Conferência de Viena de 1993*.
- (E) estabelece, de modo realista, *um elo automático entre a coerção e a promoção da democracia*, o que justifica a primazia da intervenção militar, medida necessária nos casos em que a promoção da paz evidentemente não se daria pelo diálogo.



10. Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional [...] observe outro preceito ...

Transpondo-se o segmento grifado acima para a voz **passiva**, a forma verbal resultante será:

- (A) é observado.
- (B) seja observado.
- (C) ser observado.
- (D) é observada.
- (E) for observado.

11. ... o recurso à coerção **atenta** contra os princípios do direito internacional ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) *Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos...*
- (B) *... o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa ...*
- (C) *A ONU constitui o foro privilegiado para ...*
- (D) *Em meados da década de 90 surgiram vozes que ...*
- (E) *... a relação [...] passou por várias etapas.*

12. Devemos evitar, especialmente, posturas que venham a contribuir – ainda que indiretamente – para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos.

Mantendo-se a correção e a lógica, uma redação alternativa para a frase acima está em:

- (A) Deve ser especialmente evitada posturas que possam contribuir, embora de maneira apenas indireta, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos.
- (B) Posturas que contribuem, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitados, ainda que indiretamente.
- (C) Ainda que contribua, apenas indiretamente, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, tais posturas devem ser especialmente evitadas.
- (D) Posturas que contribuam, mesmo que de maneira indireta, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitadas.
- (E) Conquanto contribuam apenas de modo indireto, posturas que estabeleçam elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitados.

13. Do mesmo modo que no segmento **ameaça à paz e à segurança**, o sinal indicativo de crase também está corretamente empregado em:

- (A) O mais grave foi a ameaça à integridade física da vítima.
- (B) A crise econômica ameaça à preservação do acervo de vários museus.
- (C) Certos animais reagem agressivamente a ameaças à seus interesses.
- (D) Houve ameaça à grupo de manifestantes presos durante protesto.
- (E) A censura ameaça à liberdade de criação.

14. Atente para as afirmações abaixo.

- I. *Ao velar para que o compromisso com os valores que nos definem como sociedade se traduza em atuação diplomática, o Brasil trabalha sempre pelo fortalecimento do multilateralismo e, em particular, das Nações Unidas.* (2º parágrafo)

Na frase acima, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente após *sociedade*, sem prejuízo para a correção e o sentido.

- II. *O acolhimento da responsabilidade de proteger teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.* (7º parágrafo)

As vírgulas que isolam o segmento *em determinada situação específica* podem ser substituídas por travessões, sem prejuízo para a correção.

- III. *Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".* (5º parágrafo)

Na frase acima, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente após *90*, sem prejuízo para a correção e o sentido.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

15. O verbo flexionado no singular que também pode ser corretamente flexionado no plural, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está destacado em:

- (A) Para promover os direitos humanos, a consolidação da democracia em todos os países **é** extremamente necessária.
- (B) Cada um dos países do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) **há** de zelar pela manutenção dos Direitos Humanos.
- (C) A comunidade internacional **trata** os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.
- (D) A maior parte dos países **compreende** que o direito ao trabalho é de vital importância para o desenvolvimento de povos e nações.
- (E) A declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, **reconhece** uma série de direitos fundamentais, como o direito ao desenvolvimento.



Atos Normativos

16. Nos termos da Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau NÃO poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses

- (A) políticos, apenas.
- (B) pessoais ou partidários, apenas.
- (C) pessoais, apenas.
- (D) partidários ou políticos, apenas.
- (E) pessoais, políticos ou partidários.

17. O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau

- (A) proíbe atitudes discriminatórias ou preconceituosas, todavia, permite de forma excepcional, atos que caracterizem proselitismo partidário.
- (B) dispõe que a conduta de seus destinatários deve ser pautada por princípios, dentre eles, a moralidade e a integridade.
- (C) integrará todos os contratos de prestação de serviços, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores, salvo os contratos de estágio.
- (D) não tem por finalidade oferecer atitudes que orientem decisões institucionais.
- (E) prescreve que seus destinatários devem observá-lo, não sendo necessário, no entanto, firmar termo de compromisso declarando ciência e adesão.

18. De acordo com as disposições previstas no Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, considere:

- I. É de responsabilidade dos destinatários do Código zelar pela integridade dos bens pertencentes aos órgãos onde atuam, inclusive sua reputação, propriedade intelectual e informações confidenciais, estratégicas ou sensíveis, com exceção dos bens intangíveis.
- II. Os recursos de comunicação e tecnologia de informação disponíveis no Conselho e na Justiça Federal de primeiro e segundo grau devem ser utilizados com a estrita observância dos normativos internos vigentes, notadamente no que tange à utilização e à proteção das senhas de acesso.
- III. É obrigatório aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade, bem como assegurar que a divulgação das informações aconteça no menor prazo e pelos meios mais rápidos.
- IV. O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo grau exigirão de seus servidores, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental.

Está correto o que consta em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

19. Em fevereiro do ano corrente, Plínio, perito judicial, pretendendo atuar em uma determinada vara cível da Justiça Federal de Alagoas, na qual jamais havia sido nomeado, entrega, juntamente com seu portfólio e com o intuito de divulgar seu trabalho e possibilitar sua indicação pelo chefe do respectivo cartório aos juízes que atuam na vara, uma caixa de vinho francês e um aparelho de DVD portátil a Reinaldo, servidor público federal e chefe do cartório da mencionada vara cível. Cumpre salientar que Reinaldo aceita o presente, agradecendo a gentileza de Plínio. A conduta de Reinaldo

- (A) constitui prática vedada pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.
- (B) é expressamente permitida pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, para os cargos específicos de perito judicial.
- (C) não constitui prática vedada pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, embora seja uma atitude antiética.
- (D) é válida, pois os presentes estão acompanhados do portfólio do perito, ou seja, a finalidade da gentileza é divulgar o trabalho do *expert*.
- (E) é válida, desde que Plínio não passe a atuar em perícias na mencionada vara.

20. Túlio, analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, é surpreendido, no seu local de trabalho, por um jornalista que o solicita informações acerca de um importante processo judicial, que tramita em segredo de justiça, para futura publicação em jornal de âmbito nacional. Túlio, embora não mostre o processo judicial, relata o teor de decisão judicial nele proferida, objetivando, no seu entender, garantir a liberdade de imprensa. Túlio

- (A) agiu corretamente, pois apenas narrou o conteúdo de decisão, sem mostrar ou entregar o processo judicial ao jornalista.
- (B) não poderia ter relatado o conteúdo do processo judicial, salvo se o fizesse por meio da assessoria de imprensa do Tribunal.
- (C) não poderia, em qualquer hipótese, ter relatado o conteúdo do processo judicial ao mencionado jornalista.
- (D) não violou o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, embora sua conduta caracterize quebra de sigilo funcional.
- (E) praticou conduta expressamente permitida pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito do Consumidor**

21. No tocante aos conceitos de Consumidor, Fornecedor, Produtos e Serviços, considere:

- I. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica que desenvolve atividade de produção, importação, exportação, ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, excluindo-se os entes despersonalizados.
- II. Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- III. Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- IV. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

22. Cibelle das Flores comprou em uma loja de departamento uma máquina fotográfica, uma caixa de bombons, um pijama e uma TV de LCD de 42 polegadas. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o direito de Cibelle reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caducará, contado da efetiva entrega do produto, no prazo de

- (A) trinta dias para a caixa de bombons e noventa dias para a máquina fotográfica, o pijama e a TV.
- (B) trinta dias para a caixa de bombons e sessenta dias para a máquina fotográfica, o pijama e a TV.
- (C) sessenta dias para a caixa de bombons e cento e vinte dias para a máquina fotográfica, o pijama e a TV.
- (D) sessenta dias para a caixa de bombons, a máquina fotográfica, o pijama e a TV.
- (E) trinta dias para a caixa de bombons e o pijama e cento e vinte dias para a máquina fotográfica e a TV.

Direito Ambiental

23. Sobre a responsabilidade pelo dano ambiental, é correto afirmar:

- (A) A responsabilidade penal está condicionada à comprovação de responsabilidade administrativa do infrator.
- (B) As pessoas jurídicas não podem ser responsabilizadas penalmente, mas tão somente seus sócios e administradores, no caso de infração praticada no interesse ou benefício da empresa.
- (C) A Lei nº 6.938/1981 estabelece a responsabilidade civil objetiva em tema de dano ambiental, o que significa o afastamento da investigação e discussão da culpa.
- (D) A Constituição Federal prevê, em matéria ambiental, que um mesmo ato danoso sobre o ambiente pode deflagrar a imposição de sanções criminais e administrativas, mas não pode impor sanções civis.
- (E) A sanção penal não pode ser aplicada ao infrator que houver reparado o dano ambiental causado.

24. Desenvolvimento Sustentável

- (A) envolve iniciativas que concebem o meio ambiente de modo articulado com as questões sociais, tais como: saúde, habitação e educação, e que estimulem uma visão acrítica da população acerca das questões ambientais.
- (B) e crescimento econômico são sinônimos, significando atividades de incentivo ao desenvolvimento do país, seguindo modelos de avanço tecnológico e científico.
- (C) significa crescimento da economia, demonstrado pelo aumento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) combinado com melhorias tecnológicas e ganhos sociais relevantes.
- (D) pode ser alcançado somente através de políticas e diretrizes governamentais de estímulo à redução do crescimento populacional do país, tendo em vista que a dinâmica demográfica exerce forte impacto sobre o meio ambiente em geral e os recursos naturais em particular.
- (E) significa crescimento econômico com utilização dos recursos naturais, porém com respeito ao meio ambiente, à preservação das espécies e à dignidade humana, de modo a garantir a satisfação das necessidades das presentes e futuras gerações.

**Direito Administrativo**

25. Ao término do processo licitatório instaurado por Diretor do Fórum de determinada Comarca para contratação de serviços de vigilância, o objeto foi adjudicado ao licitante vencedor, o qual, injustificadamente, recusou-se a assinar o contrato no prazo estabelecido. Diante de tal situação, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993,
- (A) não cabe aplicação de nenhuma sanção, mas apenas a retenção da garantia de proposta depositada pelo adjudicatário.
 - (B) o adjudicatário ficará automaticamente inabilitado para contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.
 - (C) será declarada, pelo Diretor do Fórum, a inidoneidade do adjudicatário para contratar ou licitar com a Administração, assegurando-se ao mesmo ampla defesa no processo correspondente.
 - (D) o adjudicatário ficará sujeito às penalidades legalmente estabelecidas, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário.
 - (E) não cabe sanção específica ao adjudicatário, podendo a Administração revogar a licitação ou assinar o contrato com o segundo colocado, de acordo com as condições por este ofertadas.
-
26. A União recebeu imóvel como dação em pagamento de dívida de particular e concluiu que a melhor destinação para o mesmo seria a alienação visando à obtenção de receita orçamentária para aplicação em investimentos públicos prioritários. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a venda do referido imóvel deverá ser realizada precedida de
- (A) concorrência, exclusivamente.
 - (B) leilão, exclusivamente.
 - (C) concorrência, convite ou tomada de preços, a depender do valor de avaliação do imóvel.
 - (D) concorrência ou leilão.
 - (E) pregão ou leilão.
-
27. Determinado servidor público revelou informação da qual teve ciência em razão de suas atribuições e que deveria permanecer em segredo. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa, a referida conduta
- (A) caracteriza ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo passível de aplicação, entre outras penas, da penalidade de perda da função pública.
 - (B) somente caracteriza ato de improbidade se comprovado enriquecimento ilícito, sujeitando o servidor, entre outras penas, à perda da função pública.
 - (C) somente caracteriza ato de improbidade se comprovado prejuízo financeiro à Administração, sujeitando o servidor, entre outras penas, ao ressarcimento do dano e perda da função pública.
 - (D) não caracteriza ato de improbidade, mas apenas falta funcional, passível de aplicação de pena de advertência.
 - (E) não caracteriza ato de improbidade, mas apenas falta funcional, passível de aplicação de pena de suspensão, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.
-
28. Determinado cidadão sofreu prejuízos em razão da conduta de agente público federal atuando nessa qualidade. De acordo com a Constituição Federal e com a Lei nº 8.112/1990,
- (A) a União é obrigada a reparar o dano, podendo exercer o direito de regresso em face do servidor somente no caso de comprovada a conduta dolosa do mesmo.
 - (B) a União é obrigada a reparar o dano, respondendo o agente perante esta, em ação regressiva, caso comprovado ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo.
 - (C) a União é obrigada a reparar o dano, desde que comprovada a conduta dolosa ou culposa do agente.
 - (D) o servidor é obrigado a ressarcir a Fazenda Pública, em ação regressiva, sempre que a União for condenada a reparar o dano.
 - (E) o servidor é obrigado a ressarcir a Fazenda Pública, em ação regressiva, somente na hipótese de comprovada conduta comissiva, dolosa ou culposa.
-
29. Determinada autoridade pública praticou ato discricionário, concedendo permissão de uso de bem público a particular, apresentando como motivo para a permissão a não utilidade do bem para o serviço público e os altos custos para a vigilância do mesmo, necessária para evitar invasões. Posteriormente, constatou-se que a referida autoridade já tinha conhecimento, quando concedeu a permissão, de solicitação de órgão administrativo para instalar-se no imóvel e dar-lhe, assim, destinação pública. Diante dessa situação,
- (A) o ato deverá ser revisto administrativamente, pois, em se tratando de ato discricionário, é afastada a apreciação pelo Poder Judiciário.
 - (B) é cabível a invalidação do ato pela própria Administração e também judicialmente, aplicando-se, neste caso, a teoria dos motivos determinantes.
 - (C) o ato deverá ser revogado administrativamente, em face de ilegalidade consistente no desvio de finalidade, respeitados os direitos adquiridos.
 - (D) o ato somente poderá ser invalidado judicialmente, eis que evidenciado vício de legalidade, retroagindo os efeitos da invalidação ao momento da edição do ato.
 - (E) o ato não é passível de anulação, mas apenas de revogação, operada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, por vício de motivação.

**Direito Constitucional**

30. Medida provisória tendo por objeto a instituição de empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, é submetida à apreciação do Congresso Nacional. Comissão mista legislativa analisa e emite parecer favorável à conversão em lei da medida provisória, o que acontece ao final de noventa dias contados de sua edição, após sua aprovação em separado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nessa hipótese,
- (A) a medida provisória perdeu eficácia, por não ter sido convertida em lei no prazo de sessenta dias a contar de sua edição, caso em que o Congresso Nacional deveria ter editado decreto legislativo regulando as relações jurídicas dela decorrentes, por expressa determinação constitucional.
 - (B) o parecer da Comissão está equivocado, uma vez que a matéria em questão é reservada à lei complementar, de forma que a edição da referida medida provisória e, por conseguinte, a lei de conversão respectiva são incompatíveis com a Constituição da República.
 - (C) a medida provisória não poderia versar sobre a instituição de tributo, matéria esta sujeita ao princípio da legalidade estrita, mas a conversão em lei convalida o vício em questão, contando-se, a partir da publicação da lei, o prazo inerente ao princípio da anterioridade tributária.
 - (D) a apreciação da medida provisória deveria ter sido efetuada pelas Casas do Congresso Nacional em sessão conjunta, e não separadamente, imediatamente após a emissão do parecer pela Comissão mista, tratando-se, contudo, de vício passível de convalidação por sua conversão em lei.
 - (E) a instituição do empréstimo compulsório deu-se em conformidade com os requisitos constitucionais pertinentes, mas sua cobrança somente poderá ser efetuada no exercício financeiro seguinte ao da edição da medida provisória, desde que sua conversão em lei tenha ocorrido até o último dia daquele em que foi editada.

31. Projeto de lei complementar que visa a autorizar os Estados da Federação a legislar sobre questões específicas relativas à desapropriação de imóveis urbanos e rurais é apreciado pelas Casas do Congresso Nacional, obtendo voto favorável à aprovação pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e por 42 Senadores. Nessa hipótese, o projeto de lei complementar
- (A) é incompatível com a Constituição da República, por delegar aos Estados matéria de competência legislativa privativa da União.
 - (B) é incompatível com a Constituição da República, dado que a matéria em questão é de competência legislativa concorrente, em relação à qual a União somente pode editar normas gerais, não podendo legislar sobre aspectos relativos a questões específicas, de competência dos Estados.
 - (C) foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, de maneira que sequer poderia ter sido submetido à votação do Senado Federal.
 - (D) foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas rejeitado pelo Senado Federal, de modo que a matéria somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (E) foi devidamente aprovado pelas Casas do Congresso Nacional e será encaminhado ao Presidente da República, que disporá de 15 dias úteis, contados do recebimento, para sancioná-lo ou vetá-lo, no todo ou em parte.

32. Eros é Prefeito de determinado Município, em exercício de primeiro mandato. Durante o segundo ano de mandato, ele e sua esposa Psiquê, ocupante de cargo efetivo na administração direta local, se divorciam, em decorrência de divergências políticas. Poucos meses depois, ela se filia ao partido de oposição ao ex-marido, pelo qual pretende candidatar-se à chefia do Executivo municipal, no próximo pleito, concorrendo com Eros, que tentará a reeleição.

Considerando a disciplina constitucional da matéria e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a esse respeito, analise:

- I. Para concorrer à reeleição, Eros deveria renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito.
- II. Caso Eros exerça o mandato até o fim, Psiquê estará impedida de candidatar-se a cargos eletivos no Município em que o ex-marido é Prefeito, não obstante tenha se divorciado dele no curso do mandato.
- III. A condição de ex-esposa de Eros não impede que Psiquê pleiteie cargos eletivos nas esferas estadual ou federal, mesmo que ele venha a se reeleger, mas caso Psiquê se eleja, ficará afastada do cargo que ocupa na Administração direta local.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



33. A Lei federal nº 9.985/2000, que regulamenta dispositivos constitucionais atinentes ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dispunha, originalmente, em seu art. 36, § 1º:

“Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.”

Referido dispositivo legal foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, que, ao final, decidiu, por maioria de votos, pela *“inconstitucionalidade da expressão ‘não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento’, no § 1º do art. 36”*. Em voto vencido, um Ministro divergiu, para consignar que se deveria *“manter a norma em vigor e o dispositivo com essa expressão, (...) entendendo-se que a administração ambiental não poderá fixar percentual superior a meio por cento. Se o legislador não fixou patamar superior, penso que o administrador não poderá fazê-lo”* (ADI 3.378, j. 9/4/2008).

No caso em tela, o Supremo Tribunal Federal procedeu à

- (A) interpretação conforme a Constituição, ao passo que o voto divergente procedia à declaração parcial de inconstitucionalidade, sem redução de texto.
 - (B) declaração de inconstitucionalidade, com redução do alcance normativo, ao passo que o voto divergente procedia à declaração de constitucionalidade, com redução do alcance normativo.
 - (C) declaração parcial de inconstitucionalidade, com redução de texto, ao passo que o voto divergente procedia à interpretação conforme a Constituição.
 - (D) interpretação conforme a Constituição, ao passo que o voto divergente procedia à declaração parcial de inconstitucionalidade, com redução de texto.
 - (E) declaração parcial de inconstitucionalidade, com redução de texto, ao passo que o voto divergente procedia à declaração parcial de inconstitucionalidade, sem redução de texto.
34. Ao disciplinar a atuação do Estado no domínio econômico, a Constituição da República estabelece que
- (A) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
 - (B) as empresas públicas e sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, quando exercerem atividades de relevante interesse coletivo.
 - (C) o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País constitui monopólio da União, ressalvado o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.
 - (D) a União poderá contratar, com empresas estatais ou privadas, a realização das atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, de que detém o monopólio, observadas as condições estabelecidas em lei.
 - (E) a alíquota da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa à importação de petróleo e seus derivados poderá ser reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não podendo sua cobrança, no entanto, ser efetuada no mesmo exercício financeiro em que restabelecida.

Direito Civil

35. A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena. De acordo com o art. 215 do Código Civil, NÃO constitui requisito necessário da escritura pública:
- (A) Data e local de sua realização.
 - (B) Reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas.
 - (C) Reconhecimento da identidade e capacidade do tabelião que lavrou o ato.
 - (D) Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento, nome do outro cônjuge e filiação.
 - (E) Manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes.
36. Considere:
- I. A anuência ou a autorização de outrem, necessária à validade de um ato, provar-se-á do mesmo modo que este, e constará, sempre que se possa, do próprio instrumento.
 - II. A parte que comparecer à lavratura de escritura pública sem documento não poderá participar do ato.
 - III. Os traslados e as certidões, extraídos por tabelião ou oficial de registro, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas não têm a mesma força probante da escritura pública.
- Está correto o que consta em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) II, apenas.



37. Sobre a prescrição,
- (A) só se admite a renúncia quando realizada de forma tácita.
 - (B) os prazos não podem ser alterados por acordo das partes.
 - (C) deve ser alegada pela parte na primeira oportunidade que se manifestar nos autos.
 - (D) iniciada contra uma pessoa, se interrompe com sua morte e reinicia seu curso contra o seu sucessor, de pleno direito, na data da sua morte.
 - (E) os prazos não poderão sofrer interrupção ou suspensão.
-
38. Quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este, tem-se configurada a
- (A) novação ativa.
 - (B) sub-rogação legal.
 - (C) sub-rogação convencional.
 - (D) cessão de crédito.
 - (E) transação.
-
39. O TITULAR é obrigado a conservar, como se sua própria fora, a coisa que lhe foi confiada, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos. O TITULAR constituído em mora, além de por ela responder, pagará, até restituí-la, o aluguel da coisa que for arbitrado pelo CONTRATANTE.
- Corresponde, respectivamente, ao titular e ao contratante aos quais a assertiva se refere
- (A) depositário e depositante.
 - (B) mandatário e mandante.
 - (C) usufrutuário e nu proprietário.
 - (D) locatário e locador.
 - (E) comodatário e comodante.
-
40. NÃO constitui causa para a cessação do mandato,
- (A) a revogação dos poderes outorgados ao mandatário, pelo mandante.
 - (B) a morte do mandante.
 - (C) o resultado insatisfatório do mandato judicial sem culpa do mandatário.
 - (D) a mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes.
 - (E) o término do prazo estabelecido na procuração para a conclusão do negócio.

Direito Processual Civil

41. "É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado". No que se refere ao princípio processual civil trata-se
- (A) da eventualidade ou especificidade.
 - (B) da correlação ou congruência.
 - (C) do livre convencimento e persuasão racional.
 - (D) da legalidade e isonomia processuais.
 - (E) da inafastabilidade da jurisdição.
-
42. É correto afirmar que
- (A) os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, tendo-se por válidos aqueles que, realizados de modo diverso, lhe preencham a finalidade essencial.
 - (B) o direito de consultar os autos e de pedir certidão de seus atos é livre a qualquer pessoa, salvo apenas o segredo de justiça.
 - (C) em todos os atos e termos do processo é facultativo o uso do vernáculo, pois pode ser anexado ao processo documento redigido em língua estrangeira, sem ressalvas.
 - (D) os atos processuais, como regra, correm em segredo de justiça, podendo ser tornados públicos por ordem judicial fundamentada.
 - (E) é possível às partes lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, desde que em linguagem processual de praxe.
-
43. Em relação ao procedimento
- (A) não há rol de testemunhas prévio, no procedimento sumário, devendo o autor levá-las por sua iniciativa à audiência designada.
 - (B) será observado o procedimento ordinário nas ações de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial.
 - (C) pode ser observado o procedimento sumário nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, desde que maiores e capazes.
 - (D) será observado o procedimento sumário nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola, qualquer que seja o seu valor.
 - (E) por sua menor complexidade, não há perícia no procedimento sumário.



44. Em relação aos embargos do devedor:
- (A) como regra, uma vez opostos suspendem o curso da execução.
 - (B) serão oferecidos em dez dias, contados da citação dos executados.
 - (C) poderão ser opostos pelo executado independente de penhora, depósito ou caução.
 - (D) concedido efeito suspensivo aos embargos, é obstada a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens do executado.
 - (E) a decisão que os recebe ou rejeita liminarmente é irrecorrível.

45. Vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal e se rege pelas disposições seguintes:

- I. Será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder.
- II. Será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- III. Não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.

Examinando o enunciado acima, está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

46. Sobre os procedimentos processuais abaixo é correto afirmar:

- (A) Os embargos de terceiro podem ser opostos somente pelo proprietário que, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho em seus bens, como penhora ou arresto.
- (B) As ações possessórias são fungíveis, ou seja, a propositura de uma em lugar da outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.
- (C) A ação monitória compete a quem quiser, com base em prova escrita com eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa infungível ou de determinado bem móvel.
- (D) Como regra geral, as medidas cautelares são determinadas judicialmente sem a audiência das partes.
- (E) Conceder-se-á mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

Direito Penal

47. Indivíduos que são alcançados pela lei penal, não porque tenham praticado uma conduta ajustável a uma figura delitiva, mas porque, executando atos sem conotação típica, contribuíram, objetivamente e subjetivamente, para a ação criminosa de outrem
- (A) não são punidos por atipicidade da conduta.
 - (B) são coautores e incidem na mesma pena cabível ao autor do crime.
 - (C) são concorrentes de menor importância e têm a pena diminuída de um sexto a um terço.
 - (D) são considerados partícipes e incidem nas penas cominadas ao crime, na medida de sua culpabilidade.
 - (E) podem ser coautores ou partícipes e a pena, em qualquer caso, é diminuída de um terço.

48. Sobre a prescrição como causa extintiva da punibilidade é correto afirmar:

- (A) Seu fundamento político-criminal não prevalece sobre as pretensões do réu, mesmo admitido seu caráter de material.
- (B) A consideração do perdão judicial é sempre antecedente ao eventual reconhecimento da prescrição.
- (C) O réu pode renunciar ao seu reconhecimento e requerer julgamento de mérito por seu caráter meramente processual.
- (D) Não sendo matéria de ordem pública, não pode ser reconhecida *ex officio* pelo juiz.
- (E) O reconhecimento da prescrição exclui a apreciação de outras preliminares e do mérito.



49. O perdão judicial no crime de apropriação indébita previdenciária exige como condição que
- (A) sendo o réu primário e de bons antecedentes, seja o valor da apropriação igual ou inferior ao mínimo estabelecido administrativamente para execução fiscal.
 - (B) sem avaliação de condição pessoal, seja a apropriação inferior ao valor do salário mínimo de contribuição.
 - (C) se reincidente, além do pagamento da contribuição devida até a denúncia, também o pagamento de multa administrativamente imposta.
 - (D) sendo o réu primário e de bons antecedentes, tenha promovido a qualquer tempo o pagamento da contribuição devida.
 - (E) tenha promovido a qualquer tempo o pagamento da contribuição devida e seja o valor da apropriação inferior ao mínimo estabelecido administrativamente para execução fiscal.
-
50. Em relação aos crimes contra a fé pública previstos no Código Penal brasileiro é correto afirmar,
- (A) Excepcionalmente admitem a modalidade culposa quando se tratar de falsificação de documento particular.
 - (B) Exigem como elemento a imitação ou alteração da verdade; a possibilidade de dano e o dolo.
 - (C) A alteração inapta a induzir número indeterminado de pessoas leva à consideração da forma tentada em qualquer caso.
 - (D) No crime de moeda falsa, mesmo ausente a capacidade ilusória da contrafação, tem-se caracterizada sua consumação.
 - (E) Tratando-se de crimes formais não admitem forma tentada.
-
51. São crimes hediondos próprios, assim definidos pela Lei nº 8.072/1990, dentre outros,
- (A) estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte e adulteração de produto destinado a fim terapêutico.
 - (B) extorsão mediante sequestro, desastre ferroviário e incêndio, desde que seguidos de morte.
 - (C) terrorismo, estupro, atentado violento ao pudor e racismo.
 - (D) homicídio, latrocínio, extorsão mediante sequestro e tráfico ilícito de drogas.
 - (E) atentado contra meio de transporte aéreo, concussão e homicídio qualificado.
-

Direito Processual Penal

52. Da aplicação do princípio da indisponibilidade da ação penal decorre que
- (A) o Ministério Público não pode pedir absolvição em alegações finais ou debates em audiência.
 - (B) o pedido de arquivamento de inquérito policial pelo Ministério Público estará limitado às hipóteses em que se verifique causa de exclusão da ilicitude.
 - (C) o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
 - (D) o Ministério Público de segundo grau vincula seu parecer às razões de recurso apresentadas pelo Ministério Público de primeiro grau.
 - (E) haverá sempre o dever legal de recorrer pelo Ministério Público de decisão absolutória.
-
53. Sobre a citação no processo penal é correto afirmar:
- (A) Não existe previsão legal de citação com hora certa na forma estabelecida pelo Código de Processo Civil.
 - (B) A apresentação do réu preso será requisitada à autoridade que o custodia, servindo esse chamamento como citação.
 - (C) A citação do militar será sempre pessoal nos crimes comuns e independente de comunicação ao superior hierárquico.
 - (D) A citação por edital será feita sempre que o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante.
 - (E) A citação do funcionário público far-se-á pessoalmente e a notificação para comparecimento a juízo a ele e ao chefe de sua repartição.
-
54. A competência para processar e julgar originariamente membro dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios nos crimes comuns e de responsabilidade pertence
- (A) ao Supremo Tribunal Federal.
 - (B) ao Tribunal Regional Federal.
 - (C) ao Tribunal de Justiça Estadual.
 - (D) ao Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) à Justiça Estadual de 1º grau.
-



55. A sentença penal condenatória,
- (A) jamais poderá ser objeto de intimação por edital ao defensor constituído.
 - (B) tornará definitiva a interdição de direitos cautelarmente imposta pelo prazo máximo de 8 (oito) anos.
 - (C) poderá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
 - (D) enquanto não transitar em julgado, não poderá determinar que seja o nome do réu lançado no rol dos culpados.
 - (E) poderá aplicar pena privativa de liberdade cumulada com medida de segurança se afirmada a especial periculosidade do agente.
-
56. Da decisão que, nos casos de ação penal privada em que haja sentença condenatória, embora admita o recurso de apelação do querelado, obstar sua expedição e segmento para o juízo *ad quem* por não recolhimento de custas, caberá
- (A) recurso em sentido estrito.
 - (B) agravo de instrumento.
 - (C) recurso especial.
 - (D) carta testemunhável.
 - (E) mandado de segurança.
-

Direito Tributário

57. Sobre competência legislativa em matéria tributária, é correto afirmar:
- (A) A União tem sempre competência exclusiva para instituir contribuição social para seguridade social de todos os serviços públicos dos entes da Federação.
 - (B) Os entes da Federação têm competência comum para instituir contribuição de intervenção no domínio econômico.
 - (C) A competência para instituição de impostos vem discriminada na Constituição Federal para cada um dos entes da Federação.
 - (D) A competência para instituição de imposto residual é privativa da União, muito embora seja cabível delegação desta competência aos Estados-membros e Distrito Federal mediante lei complementar.
 - (E) A competência para instituição do ITR é de competência da União, mas a Constituição Federal admite expressamente a delegação desta competência aos Municípios, nos termos de lei complementar que regulamente as hipóteses e forma de delegação.
-
58. Admite-se constitucionalmente a bitributação e o *bis in idem* na seguinte hipótese:
- (A) imposto de competência dos Estados pela União, para incidir em Território Federal.
 - (B) contribuição de melhoria.
 - (C) imposto residual de competência da União.
 - (D) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza pelos Estados-membros e Municípios em relação aos seus servidores públicos.
 - (E) imposto extraordinário, pela União, na iminência ou no caso de guerra externa.
-

Direito Previdenciário

59. Considerando as normas constitucionais que tratam do financiamento da Seguridade Social, os benefícios ou os serviços que são por ela prestados poderão ser criados, majorados ou estendidos
- (A) sem que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total.
 - (B) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total.
 - (C) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, apenas para os benefícios e os serviços prestados pela previdência social.
 - (D) sem que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, exceto para os serviços de assistência à saúde, cuja criação, majoração ou extensão dependem da previsão de fonte de custeio total.
 - (E) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, apenas para os benefícios e serviços prestados pela assistência social.
-
60. O regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as suas autarquias e fundações, possui caráter
- (A) contributivo e solidário, por imposição normativa.
 - (B) meramente contributivo e de filiação obrigatória.
 - (C) contributivo e solidário, desde que haja a opção do servidor público pela adesão à solidariedade.
 - (D) meramente contributivo, não havendo solidariedade entre seus participantes, como ocorre no regime geral de previdência social.
 - (E) meramente contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial na concessão dos benefícios.
-



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

TEMA: Responsabilidade civil: Danos morais da pessoa jurídica.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	